



## Câmara dos Deputados

### Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 5658 ANO: 2013  
EMENDAS: 4, DA CTASP**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☒ Diminuição de receita - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?  
→ ☒ Implica diminuição de receita. Quais? Emendas 1, 2, 3 e 4, CTASP  
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☐ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda n° ) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), art. 14 da Lei Complementar n° 101, de 2000 (LRF), arts. 112 e 114 da Lei n° 13.473, de 2017 (LDO/2018).**

**4. Outras observações:**

O Projeto de Lei n° 5658, de 2013, estabelece ser devido, pelo condomínio edilício aos seus empregados, o auxílio-alimentação, dispondo ainda que:

- (a) não pode ser superior a 30% (trinta por cento) da remuneração do trabalhador;
- (b) não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, e não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, de imposto de renda e de depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;



## **Câmara dos Deputados**

### **Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

(c) é dedutível do Imposto de Renda devido pelo condômino, no limite da sua cota-parte na despesa com auxílio-alimentação efetivamente pago pelo condomínio edilício aos seus empregados, e desde que não torne superior a 12% (doze por cento) a redução total do imposto devido quando somado às seguintes deduções de despesas já autorizadas em lei:

- I – contribuições aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso;
- II – contribuições em favor de projetos culturais; e
- III – investimentos a título de incentivo às atividades audiovisuais.

As EMENDAS aprovadas pela CTASP excluem do Projeto original os dispositivos segundo os quais o auxílio-alimentação proposto não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, e não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, de imposto de renda e de depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Como se verifica na descrição acima, o Projeto, com ou sem a inclusão de dispositivos promovida pelas Emendas aprovadas pela CTASP, tem relevante impacto fiscal negativo para a União. De fato, sua aprovação, ao mesmo tempo em que criaria a obrigação para os condomínios edilícios de pagar o benefício trabalhista do auxílio-alimentação aos seus empregados, criaria também a permissão aos condôminos para deduzir do imposto de renda sua cota-parte nessa despesa, acarretando forte e imediata redução na receita do Imposto de Renda da Pessoa Física, ainda que esta nova dedução, acumulada com outras despesas já dedutíveis, mas normalmente pouco expressivas ou inexistentes, esteja limitada a 12% (doze por cento) do imposto devido por cada condômino.

Portanto, nos termos da legislação financeira e orçamentária em vigor (art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF, arts. 112 e 114 da Lei nº 13.473, de 2017 - LDO/2018), a proposta, independentemente da inclusão ou não de dispositivos promovida pelas Emendas aprovadas pela CTASP, deveria estar acompanhada de estimativa de seu impacto fiscal, assim como oferecer medidas compensatórias que a tornasse fiscalmente neutra, o que não ocorre, ensejando ser considerada inadequada e incompatível financeira e orçamentariamente.

Em resumo:

- **HÁ INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO DE LEI Nº 5.658, DE 2013, COM OU SEM AS EMENDAS APROVADAS PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.**

Brasília, 20 de agosto de 2018.

**MAURO ANTONIO ÓRREGO DA COSTA E SILVA**  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira